

Parlamento dos JOVENS



Projecto de Recomendação da EPFA à Assembleia da República

Escola Profissional Fialho de Almeida

Círculo de Beja

Exposição de Motivos:

A União Europeia é um organismo de carácter internacional criado em 1957, sendo fundada apenas por 6 países, no entanto, ao longo dos anos tem sofrido vários alargamentos, contando hoje com 27 Estados-membros e estando em vias de se juntar à mesma mais 2 países. No que respeita ao Alargamento, a União Europeia está aberta a todos os países europeus que respeitem os critérios democráticos, políticos e económicos necessários.

Os alargamentos sucessivos têm reforçado a democracia, melhorado a segurança da Europa e aumentado o seu potencial de comércio e crescimento económico, bem como os Tratados têm vindo a reforçar a ideia de igualdade, justiça, segurança e o bem-estar social de todos os cidadãos europeus.

No que respeita à Imigração, a União Europeia foi há bem pouco tempo alvo de um grande fluxo de cidadãos não comunitários, pelo que será necessário uma uniformização de critérios a fim de existir uma melhor integração dos mesmos no espaço europeu.

Medidas propostas:

1. Justiça.

A União Europeia deve continuar a fomentar uma Europa mais justa que lute contra as desigualdades, o desemprego e a exclusão social.

A construção de uma Europa para todos os cidadãos deve continuar a ser uma prioridade para as instâncias europeias e para os respectivos Estados-membros, contudo apesar dos progressos já conseguidos a nível europeu, na eliminação da discriminação e na promoção de igualdade de oportunidades, muito há ainda a fazer, como por exemplo: as pessoas deficientes, de mais idade, ou de outra etnia, assim como as mulheres, encontram hoje, vários obstáculos aquando da procura de emprego. No que se refere à ocupação de cargos as mulheres ocupam menos de uma quarta parte dos lugares no Parlamento Europeu.

Parlamento dos JOVENS



Importa ainda referir que mais de 50 milhões de cidadãos da União Europeia têm algumas incapacidades.

2. Imigração.

A U.E. deve reforçar as políticas de imigração no sentido de melhorar a igualdade de oportunidades.

Na União Europeia, as leis sobre imigração e asilo político variam muito de país para país, embora a tendência seja para a sua uniformização. A maioria está a estabelecer um sistema de "quotas", assim como a estabelecer um processo de selecção dos imigrantes. Contudo, a U.E tem trabalhado no sentido de harmonizar a política dos Estados-membros. Dessa forma, não faz qualquer sentido que as políticas de imigração sejam da exclusiva responsabilidade dos Estados-membros quando, dentro do espaço europeu, existe a liberdade de circulação de pessoas. Se um Estado-membro é demasiado permissivo no controlo ou na legalização de cidadãos estrangeiros, as consequências directas atingirão todos os outros Estados. Tem que se assegurar a segurança, mas combatendo a discriminação e o racismo.

3. Alargamento.

A União Europeia deve apostar na entrada de novos membros, tendo em atenção a estabilidade a todos os níveis, nomeadamente social, económico, político, cultural e ambiental.

A UE deverá garantir o seu bom funcionamento para reforçar o crescimento económico e a competitividade, a criação de emprego e a prosperidade social, servindo melhor os seus cidadãos.

No que respeita à ideia de que a entrada de outros cidadãos no nosso país provoca um aumento do desemprego é infundada, pois o enorme afluxo de trabalhadores da Europa Central e Oriental tem sido reduzida, alcançando raramente 1% da população activa do país de acolhimento. Tal acontece tanto nos Estados-Membros que aplicam restrições ao acesso ao seu mercado de trabalho, como nos que não prevêem tais restrições. Estes trabalhadores têm contribuído para diminuir a falta de mão-de-obra em sectores muito deficitários, como a agricultura e a construção.

Parlamento dos JOVENS



Com estes países a U.E, deveria assinar contratos bilaterais com o objectivo de os ajudar a ultrapassar os seus problemas internos, para que, ingressem na União Europeia. O que é importante para a Europa é ajudar esses países a tornarem-se países democráticos, afastando possíveis problemas quer económicos quer administrativos, acabando, assim, com a violência e a instabilidade política. Nesse sentido sim, vale a pena ter como aliados esses países.

Nota: Os argumentos devem estar concentrados apenas na “exposição de motivos”.